



TEORIA DE JULGAMENTO MORAL DE KOHLBERG E BULLYING: INTERSEÇÕES POSSÍVEIS DE UM PROBLEMA PERTINENTE

Ariadne Messalina Batista Meira. Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). ariadne.meira@hotmail.com

Anderson Scardua. Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). andersonscardua@gmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento moral tem sido alvo constante de estudos dentre os teóricos do construtivismo e do interacionismo (NUNES & BRANCO, 2007), e tem merecido relevância frente aos desafios propostos na atualidade (DIAS, 1999). No campo da psicologia e da educação, a questão de como é possível ao ser humano, nascer sem senso moral e ser capaz de desenvolver isso ao longo da vida, inquietou diversos autores, sendo estudada sob diferentes perspectivas (BIAGGIO, 2002). Dentre estes autores, sob o ponto de vista cognitivo-evolutivo, Lawrence Kohlberg inaugurou “o papel do sujeito humano como agente do processo moral [...] [focalizando] o julgamento moral” (BIAGGIO, 2002, p.20). Sua teoria envolve a identificação de níveis e estágios do desenvolvimento moral e, a partir de 1970, segundo Biaggio (2002), Kohlberg e seus colaboradores investiram na aplicação da teoria à prática, buscando promover o amadurecimento moral, utilizando técnicas de discussão de grupo acerca de dilemas cognitivos com problemas do cotidiano escolar e a construção do trabalho acerca da “comunidade justa”. Essas técnicas têm sido utilizadas em diversos programas de educação moral em ambientes escolares, inclusive no Brasil (BIAGGIO, 2002), o que é preconizado e fomentado pelos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1997).

Partindo do pressuposto de que a escola é o espaço de experiências da vida social dos sujeitos, que levam à convivência em grupo, e da aplicabilidade da teoria de Kohlberg ao espaço da escola, é imprescindível pensá-la junto ao fenômeno que tanto tem ganhado destaque na mídia e na academia atualmente: o *bullying*. Essa é a palavra em inglês usada para falar de violência no contexto escolar, em um sentido mais estrito de intimidação e de opressão a um aluno, que fala de recorrentes violações aos direitos e a integridade moral, física ou psicológica



(FANTE & PEDRA, 2008). Tendo em vista a preocupação com o número crescente de casos de violência nos últimos anos, o tema tem gerado discussões, ensejando intervenções em diversos âmbitos.

Diante do que se coloca, a partir de uma revisão de literatura acerca da teoria de Kohlberg e do retorno a problemática atual acerca do *bullying*, o presente artigo objetiva ensaiar uma reflexão da aplicabilidade do método do autor às escolas, como possível movimento de intervenção à problemática em questão.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sistematizada, exploratória, de natureza aplicada, desenvolvida a partir de livros de referência e artigos já publicados (GIL, 2008). Para a seleção dos artigos utilizou-se a base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde – Psi, LILACS, PePSIC, SciELO, pesquisando-se principalmente os descritores “desenvolvimento moral”, “julgamento moral”, “Kohlberg” e “*bullying*”. Foi realizada a leitura dos resumos e das palavras-chave dos resultados totais e selecionados os que entraram no critério de inclusão, ou seja, aqueles que estivessem mais voltados para a temática da educação moral.

Resultados e Discussão

A violência escolar é um problema emergente, que ganhou destaque na mídia e no âmbito acadêmico nos últimos anos. Desde 2005, de acordo com Lopes Neto (2005), houve um aumento de produção no meio acadêmico, principalmente a respeito do “*bullying*”, caracterizado enquanto violência física, verbal ou emocional, recorrente contra uma vítima (OLIVEIRA-MENEGOTTO, PASINI & LEVANDOWSKI, 2013). Trata-se de uma ação intimidadora que ameaça os direitos à educação, ao desenvolvimento, à saúde e à sobrevivência das vítimas (FANTE & PEDRA, 2008). Diante disso, é um problema que implica questões de moralidade e de relações dentro do sistema escolar. Sendo assim, é possível pensar o problema do *bullying* a partir de reflexões acerca do desenvolvimento e educação moral, tomando por base o referencial de Kohlberg, na medida em que sua aplicabilidade nesse contexto pode apontar possibilidades de intervenção.

De acordo com Biaggio (1997), Kohlberg entendia que a maturidade moral é atingida na medida em que o indivíduo se mostra capaz de distinguir entre justiça e



lei, ou seja, é capaz de refletir autonomamente sobre as normas sociais, não apenas se comportando passivamente diante delas. Haveria, em um primeiro momento da vida do homem, a predominância de certa anomia, que se desenvolveria para níveis do desenvolvimento moral (BIAGGIO, 2002). Ele parte da noção de convencionalidade como um sistema de regras morais, papéis e normas socialmente convencionadas. Com isso, o primeiro nível seria o pré-convencional, com orientação voltada para a punição, obediência e hedonismo instrumental relativista. O segundo nível, convencional, se relaciona à noção de aprovação social, do respeito pela autoridade e a autonomia no reconhecimento das regras. Por último, há o nível pós-convencional, para os quais as leis são norteadoras e não necessariamente se deve agir de acordo com elas, mas sim em relação a princípio morais (BIAGGIO, 2002).

Ao lado disso, Jimerson et al. (2010) apontam o *bullying* como o desequilíbrio de poder que se estabelece por parte de alguns alunos que, em se considerando superiores aos outros, se veem no direito de oprimi-los livremente e impunemente; atitudes que podem ser comparadas aos estágios pré-convencionais do julgamento moral de Kohlberg, na medida em que “a ordem sócio-moral é definida em termos de *status* de poder e de posses em vez de o ser em termos de igualdade e reciprocidade” (KOHOLBERG, 1971 *apud* BIAGGIO, 2002, 24p.). A prática do *bullying* implica em retirar do outro o sentimento de pertença à comunidade, além de haver uma moral marcadamente heterônoma. De acordo com a proposta de Kohlberg, o tipo de respeito e o senso de justiça que envolve as relações seriam fundamentais para se pensar o direcionamento moral dos alunos e seu relacionamento com as normas da escola (BIAGGIO, 2002).

Segundo Biaggio (1997) o conflito cognitivo foi ressaltado por Kohlberg e colaboradores como o processo que permite o desenvolvimento para estágios mais avançados. Isto estimulou o desenvolvimento de técnicas de grupo que permitissem a evolução dos estágios morais, a partir da proposta de resolução de dilemas, numa forma de permitir que o debate em grupo provoque o conflito cognitivo e leve à maturação do julgamento. Esta técnica foi aplicada em uma pesquisa em uma escola de Campina Grande (PB), indicando que os alunos avançaram nos estágios após as discussões em grupo (DIAS, 1999).



Kohlberg desenvolve o conceito de “Comunidade Justa”, processo através do qual é possível gerar noções de direitos e deveres, criando espaços democráticos, com o exercício da responsabilidade, de modo que possa chegar a uma autonomia moral. Seu envolvimento com o cenário escolar implica o debate acerca de problemas morais reais que acarretam consequências para a comunidade escolar e para os sujeitos envolvidos. Implica, pois, um contexto de escola em que o projeto de todos os envolvidos seja essa construção, onde possa existir a inter-relação altruística entre os membros da escola, a co-responsabilidade para com os outros e para com o espaço escolar (BIAGGIO, 2002).

Partindo da proposta de Educação Moral, um primeiro ponto a se considerar é o contexto no qual estão inseridos todos os sujeitos envolvidos na escola, principalmente quando se tem uma situação de agressor-vítima. Isso implica também a realidade familiar, social, econômica, psicológica e física do sujeito. Assim, a escola pode visar a promoção do desenvolvimento moral de seus alunos, implicada na noção de comunidade justa, buscando uma aprendizagem de participação democrática, a partir do desenvolvimento da autonomia e do senso de equidade que inclua toda a comunidade escolar (BELUCI & SHIMIZU, 2007).

Da adesão da instituição a tal projeto de transformação na realidade escolar, outros pontos podem ser reforçados, o que, pontualmente, ajudaria na problemática referente ao *bullying*. Nesse sentido, Kohlberg incentivou a formação de grupos, com um número pequeno de sujeitos, de modo que entre eles haja indivíduos em níveis diferentes do desenvolvimento moral, contando ainda com a participação de um orientador (BIAGGIO, 2002). Nestes, os alunos se reúnem a fim de discutir problemas reais vividos no cotidiano da escola, que precisam de soluções e ações morais verdadeiras. A partir disso, o confronto de opiniões poderia gerar o conflito cognitivo, que acarretaria em certo amadurecimento dos julgamentos morais. Os grupos são complementados ainda por outras reuniões, na qual se debateria acerca das normas e regras da escola, podendo criar novas ou decidir acerca da manutenção de outras. No caso de haver algum tipo de comportamento dentre alunos ou professores que não esteja de acordo com a comunidade, como é o caso do *bullying*, em uma escola em que haja o forte sentimento de pertença por parte de todos os seus membros, e que se volte para o ensino da moral autônoma, a forma



de resolução da situação cabe à comunidade através da discussão conjunta (BELUCI & SHIMIZU, 2007).

CONCLUSÃO

A proposta aqui colocada enquanto intervenção para o caso do *bullying* não é uma medida imediata, da mesma forma que o desenvolvimento da capacidade de julgamento moral não o é. A escola deve partir não apenas do problema relacionado a esse fenômeno, mas da noção de que está implicada no dever de trabalhar enquanto comunidade, formadora de cidadãos e imbricada no desenvolvimento moral autônomo destes. A escola que se coloca de tal forma para com seus alunos, não apenas se utiliza dessas estratégias como forma de intervir contra o *bullying*, mas auxilia os alunos e professores a se posicionarem de forma diferente enquanto cidadãos, o que, partindo do pressuposto de que poderão avançar no nível de maturidade moral, intervém inclusive na prevenção desse tipo de prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELUCI, T.; SHIMIZU, A. M. Injustiças no cotidiano escolar: percepções de membros de uma escola pública. **Psicol. Esc. Educ.** v.11, n.2., p. 353-364, 2007.
- BIAGGIO, A.M.B. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 2002.
- BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.10, n.1, 1997.
- DIAS, A. A. Educação Moral para a Autonomia. **Psicol. Reflex. Crít.**, V.12, n.2,1999.
- FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- JIMERSON, S. R.; SWARER, S. M.; ESPELAGE, D. L. **Handbook of bullying in schools: an international perspective**. New York: Routledge, 2010.
- LOPES NETO, A. A. *Bullying* - comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v.81, n.5, p. 164-172, 2005.
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. V. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- NUNES, A B.; BRANCO, A. U. Desenvolvimento moral: novas perspectivas de análise. **Psicol. Argum.** V. 25, n. 51, Curitiba, p. 413-424, 2007.
- OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Psicol. teor. Prat.**, v.15, n.2, ago., 2013.
-